

## ATINGIDOS PELO FUTURO: PERSPECTIVAS E DEBATES NA INSTALAÇÃO DA UHE AIMORÉS/ITUETA - MG, BRASIL

Jayme Karlos Reis Lopes<sup>1</sup>

Aline Trigueiro<sup>2</sup>

Celeste Ciccarone<sup>3</sup>

### Resumo:

A propalada idéia da inevitabilidade tem marcado a trajetória da construção de usinas hidroelétricas no Brasil. Fruto do persistente projeto desenvolvimentista nacional, essa política tem produzido profundos impactos socioambientais, tais como: a sistemática remoção e a realocação das populações locais atingidas. A presente comunicação versa sobre o caso de Itueta-MG, cidade que foi submersa pela construção da usina hidroelétrica de Aimorés-MG, tendo todo o seu contingente populacional deslocado para uma cidade recriada, denominada de "Nova Itueta". No presente artigo objetivamos destacar: as relações dos habitantes de Itueta com o seu território (dimensões materiais e simbólicas); o campo de tensões e negociações dos moradores com os gestores e peritos do projeto; e ainda, a conformação e o confronto da população com a noção dominante de futuro, imbuída na lógica assimétrica do progresso. A metodologia utilizada no estudo foi qualitativa: coleta de depoimentos e entrevistas realizadas a partir de roteiros semi-estruturados com os atores locais; além de uma profunda análise documental. Os resultados apontam para as formas complexas de justificação e de embate que as populações impactadas por grandes projetos de desenvolvimento produzem no desenrolar do processo.

**Palavras-chave:** Itueta; Hidrelétricas, UHE Aimorés; Desenvolvimento; Progresso.

---

<sup>1</sup> Cientista Social e Mestrando do Programa de Antropologia Social y Política / FLACSO – Argentina. [jaimereis@ymail.com](mailto:jaimereis@ymail.com)

<sup>2</sup> Socióloga, Doutora em Sociologia e Antropologia pela UFRJ, professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais e do programa de pós-graduação do Departamento de Ciências Sociais da UFES. [aline.trigueiro@uol.com.br](mailto:aline.trigueiro@uol.com.br)

<sup>3</sup> Antropóloga, Doutora em Antropologia Social pela PUC-SP, prof<sup>ª</sup>. do programa de pós-graduação do Departamento de Ciências Sociais da UFES. [celeste.ciccarone@gmail.com](mailto:celeste.ciccarone@gmail.com)

## Introdução

A relação entre energia elétrica e ideário progressista se inicia quando, no mundo moderno (entre o final do século XIX e início do século XX), a partir das transformações tecno-científicas, são descobertas e criadas novas fontes para a sua produção. Desde então, a eletricidade tornou-se uma das expressões da própria modernidade (Velloso, 2002). Todavia, além de exprimir uma melhora na qualidade de vida do ser humano, ao longo do século XX a capacidade de geração de energia elétrica se converteu também em um indicador do desenvolvimento econômico da sociedade, do seu crescimento urbano e industrial.

No Brasil, os serviços de abastecimento de energia se tornaram uma realidade para os habitantes das principais cidades do século XIX. Uma realidade embrionária, a bem da verdade, visto os problemas relativos à consolidação das legislações sobre os serviços de produção e abastecimento de energia. Foi apenas a partir de uma das constituições mais liberais que o Brasil já teve (a de 1891), que se defendeu a idéia de livre-iniciativa e que se delegou aos municípios a responsabilidade quanto: a contratação, a supervisão da produção e a distribuição de energia elétrica. Assim, os municípios, junto com os grupos privados tornaram-se os promotores dos serviços de eletricidade, o que, de alguma maneira, colaborou para redefinir as relações entre empresários e poder político local, chave para a definição das concessões dos serviços elétricos então (Saes, 2009). Esse cenário só começaria a se modificar, de fato, em 1931.

Neste contexto, foi criado um sistema de concessões para empresas privadas, permitindo a estas explorar o setor de energia no país que, por conta disso, sofreu uma injeção de capital estrangeiro através da fundação do The São Paulo Tramway, Light and Power Company Ltda. (1899) e da The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company Ltda. (1904). Além disso, houve a expansão das plantas do parque de energia elétrica, a promoção da eletrificação dos sistemas de transporte público e da iluminação pública nas capitais (Velloso, 2002). Das diversas indústrias que se desenvolveram, dirigidas ao setor elétrico, duas se destacaram: as indústrias de produção e

distribuição de energia, e aquelas dedicadas à produção de equipamentos e eletrodomésticos.

O consumo de produtos da indústria eletrotécnica se tornou um dos componentes do cenário da vida moderna das classes médias urbanas<sup>4</sup>, e neste contexto, a energia elétrica emerge como um bem desejado e essencial. São os novos valores que a colocam como um dos motores do progresso, status social e desenvolvimento econômico.

No afã de tornar real esse ideário do progresso – e considerando as disputas ocorridas em torno das melhores fontes produtoras de energia - optou-se, no Brasil, pela alternativa hidrelétrica como matriz de produção energética, considerada, inclusive, como uma fonte limpa, renovável e barata. Esta opção era ainda justificada pela sua contribuição para o desenvolvimento econômico, tendo os seus projetos um caráter de interesse público (Bermann, 2007). Vale ressaltar que, em 2009, cerca de 74% da produção de energia elétrica brasileira provinham de fontes hidrelétricas (ANEEL, 2009). Entretanto, segundo o Relatório da Comissão 'Atingidos por Barragens' do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de 2010<sup>5</sup>, tem sido realmente controversa a distribuição dos custos e benefícios dos empreendimentos responsáveis pela produção e distribuição de eletricidade, principalmente quando se trata de hidrelétricas, sendo quase unanime reconhecer que “as regiões de implantação normalmente arcam com os custos dos impactos

---

<sup>4</sup>“As exposições nacionais e internacionais, realizadas entre os séculos XIX e XX, são apontadas aqui também como divulgadoras das conquistas científicas do período, explorando o fetiche das mercadorias e traduzindo o surgimento de novos bens de consumo e padrões de conforto, onde a eletricidade ocupou lugar de destaque (VELLOSO, 2002).”

<sup>5</sup>O CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), órgão federal, decidiu instituir uma Comissão Especial para acompanhar as denúncias de violações de direitos humanos em processos envolvendo o planejamento, licenciamento, implantação e operação de barragens. A Resolução nº 26 do CDDPH constituiu uma Comissão Especial para apuração e construção de um documento com os seguintes participantes: Doutor Humberto Pedrosa Espínola, representante do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que a coordenou; Deputada Federal Luci Choinacki, representante da Câmara dos Deputados; Professor Carlos Bernardo Vainer, representante do Instituto de Pesquisa; Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR; Doutor Ricardo Montagner, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; Doutor João Akira Omoto, representante do Ministério Público Federal – MPF; Um representante do Ministério de Minas e Energia – MME; Um representante do Ministério do Meio Ambiente – MMA; Um representante da Defensoria Pública da União.

sociais e ambientais negativos, e que os benefícios muitas vezes concentram-se nas grandes cidades. [...]”<sup>6</sup>”

Não é surpreendente, portanto, que os problemas sociais e ambientais da energia elétrica, relacionados à hidroeletricidade, se convertam em uma temática sempre presente na agenda de ONGs, movimentos sociais, dos centros de pesquisa e inclusive de parte das instituições do governo brasileiro, principalmente nas últimas três décadas<sup>7</sup>. Numerosos estudos na Sociologia e Antropologia que apontam para o alcance dos impactos sociais e ambientais produzidos por empreendimentos neste setor e de que forma as populações atingidas estão reagindo conseqüentemente a inundação de seus espaços coletivos e individuais, incluindo propriedades, casas, áreas produtivas e cidades. Isso se dá, em grande parte, observando como os referenciais de identificação e a produção de “fragilidade dos laços sociais nos locais afetados podem ser revelados a partir dos impactos” (Relatório estação itueta, 2009, p. 35).

Vários autores observam que os projetos hidroelétricos são “mecanismos de acumulação do capital a partir de processos concomitantes de descentralização das operações produtivas” (Oliveira; Zhouri, 2007, p.119), bem como processos voltados ao “desenvolvimento de grandes áreas territoriais, ainda não economicamente integradas à economia de mercado” (Bermann, 2007, p. 142) e que suas legislações são “absolutamente omissas quanto ao tratamento de problemas sociais e ambientais [...]” (Vainer, 2007, p. 120).

---

<sup>6</sup>Relatório do Conselho Atingidos por Barragens, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, 2010 p.16-17).

<sup>7</sup>São vários os estudos de impactos socioambientais decorrentes da construção de complexos hidrelétricos nas últimas 3 décadas. A partir de 1980 sobre tudo sob influência do processo de redemocratização, que favoreceu a emergência dos movimentos ecológicos e a propagação das demandas de cunho ambiental. O início da década de 90 é marcado pelo avanço das legislações federal e estaduais, bem como a consolidação dos órgãos ambientais de vários estados, além da ação do Ministério Público, que, a partir da Constituição de 1988, intervêm na defesa de direitos difusos e coletivos. São desenvolvidos desde a década de 1980, como, por exemplo, os trabalhos de Santos, e Andrade, “As hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas”, Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988, RIBEIRO, R. em “Campeinato: Resistência e Mudança, O caso dos atingidos por barragens do vale do Jequitinhonha.” e REZENDE, L. P. “Dano moral e licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas”, 2003.

Dentro dessa lógica, a emergência dos impactos socioambientais na construção da UHE Aimorés<sup>8</sup> soma-se a outros inúmeros casos, como a da UHE Canabrava, Foz do Chapeco, Tucuruí, apontados no Relatório citado anteriormente. Uma acurada análise deste documento nos permite observar que apesar das regulamentações e legislações criadas, dos princípios democráticos de participação e dos alertas advindos dos estudos de impactos, ainda persistem dificuldades: incapacidade de resolver os problemas socioambientais resultantes dos grandes projetos, uma ênfase no planejamento e na expansão da capacidade de geração da matriz hidroelétrica, elaborados sempre sob a pressão de um modelo desenvolvimentista que, em nome da “utilidade pública” e da estratégia da política indenizatória, menospreza as demandas de grande parte das populações locais e uma rejeição à revisão da estratégia desse tipo de modelo de desenvolvimento urbano-industrial, desequilibrado social, espacial e ambientalmente (Vainer, 2007).

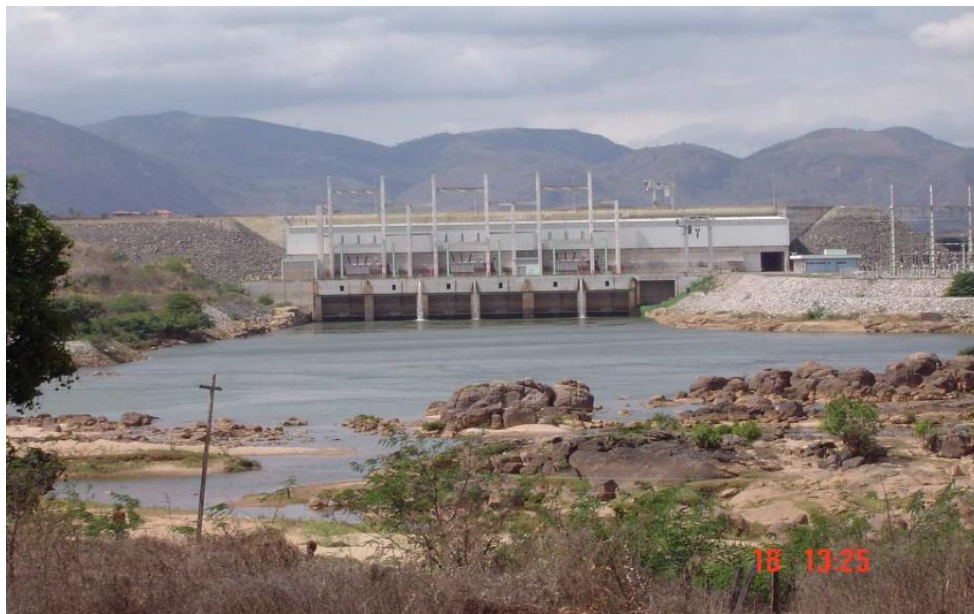
Existem inúmeras denúncias, no caso de Itueta e da UHE Aimorés, incluindo as do Ministério Público Federal e do Banco Mundial – um dos principais financiadores deste tipo de projeto - apontam para o descumprimento de acordos firmados com a população e desrespeito às questões ambientais, tais como atrasos na implementação das compensações ambientais e na construção da nova cidade de Itueta, por exemplo. Sem falar que, apesar do projeto de construção da UHE Aimorés ter passado aproximadamente 25 anos em negociação, incrivelmente nunca foi questionado. O que se nota é que ele parece sofrer da síndrome do “fato consumado” (Bermann, 2007, p.142), sendo apresentado sempre de forma inquestionável e inexorável frente às demandas dos habitantes locais.

No caso da UHE Aimorés, hidroelétrica localizada na região do Rio Doce, próxima da divisa entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo (a aproximadamente 35 Km). Interessa-nos analisar, dessa experiência, os encaminhamentos da sua implantação, enfocando aspectos do processo de licenciamento ambiental, o anúncio da destruição e realocação da cidade de

---

<sup>8</sup>Resultando na conseqüente inundação e realocação da cidade de Itueta (MG), sede do município de mesmo nome e de parte da cidade de Resplendor (MG), localizadas na região sudeste da Vale do Rio Doce, próximas da divisa entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Itueta (atingida pelo empreendimento) e, conseqüentemente, o processo de remoção e realocação “forçada” dos seus moradores para a nova cidade de Itueta<sup>9</sup>.



Hidroelétrica de Aimorés, 2007<sup>10</sup>.

## Parte 1 - A encenação do drama: os atores sociais – primeiro ato

### A Usina Hidroelétrica Eliezer Batista

A história da UHE Aimorés – ou Usina Hidroelétrica Eliezer Batista<sup>11</sup> - tem o seu início ainda no ano de 1975, auge do governo militar, período de

---

<sup>9</sup>Este artigo é fruto de um desdobramento de dois trabalhos realizados no período entre 2007 e 2009. O primeiro, um relatório de um projeto de extensão intitulado “*Estação Itueta*”, Coordenado por NOME DO CO-AUTOR, e o segundo, uma monografia de conclusão de curso de graduação intitulada “*Licenciamentos socioambientais de hidroelétricas: reflexões sobre o ideário progressista no projeto da UHE Aimorés e na realocação da cidade de Itueta (MG)*”, orientado por NOME DE CO-AUTOR. Todos estes foram desenvolvidos na Universidade Federal do Espírito Santo, dentro do Departamento de Ciências Sociais.

<sup>10</sup>Fotos projeto acervo projeto “Estação Itueta”.

<sup>11</sup> Um dos personagens mais atuantes da política desenvolvimentista brasileira, Eliezer Batista, engenheiro diplomado pela Escola de Engenharia da Universidade do Paraná, em 1948, se notabilizou na presidência da Companhia Vale do Rio Doce e por sua atuação no Programa Grande Carajás (PGC), a primeira iniciativa de exploração das riquezas da província mineral dos Carajás, abrangendo áreas do Pará até o Xingu, Goiás e Maranhão. Foi ministro das Minas e Energia, no governo do presidente João Goulart (1961-1964) e mola propulsora do projeto do

planejamento de grandes projetos que em diferentes épocas de execução, permaneceram imprescindíveis para a manutenção do plano de desenvolvimento econômico do país. Foi naquele período que a CEMIG (Companhia Elétrica de Minas Gerais) obteve a concessão para implantação da Usina Hidrelétrica de Aimorés, no município de mesmo nome, localizado na região Sudeste do estado de Minas Gerais na fronteira com o Espírito Santo<sup>12</sup>.

No entanto, só 21 anos depois, em fevereiro de 1996, o projeto dessa hidroelétrica foi definitivamente iniciado, tendo sido aprovado o seu Plano de Obras e a criação do Consórcio para construção da UHE de Aimorés, constituída pela CEMIG com 49% de participação e pela Companhia Vale do Rio Doce (atual VALE) com 51%. Em 1998 foi protocolado no IBAMA-DF o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), e no ano de 2000, se iniciaram as audiências públicas nas cidades atingidas. Nesse momento, foram debatidos e negociados os impactos causados pela UHE, incluindo a realocação da cidade de Itueta.

A Licença Prévia (LP) foi concedida em 10/07/2000, sendo que no decorrer dos dois anos para sua concessão foram levantados diversos questionamentos sobre os procedimentos de licenciamento ambiental, seja por parte das associações dos atingidos, pelas ONG's, pelo Ministério Público Federal, por entidades de classe e cidadãos dos quatro municípios indireta e diretamente afetados: Baixo Guandu (ES) e Aimorés, incluindo o distrito de Santo Antônio do Rio Doce, Resplendor e Itueta (MG). A Licença de Instalação (LI) foi requerida em 31/08/2000, com a apresentação do Projeto Básico Ambiental (PBA) e o IBAMA, pouco mais de seis meses depois, ouvindo os órgãos estaduais envolvidos concedeu a licença. A Licença de Operação (LO) foi emitida em “21 de dezembro de 2005 e realizada a segunda etapa do enchimento do reservatório até a cota 90 metros<sup>13</sup>, iniciando assim a operação das outras duas turbinas”<sup>14</sup>. Ainda

---

Porto de Tubarão. Exerceu, entre os anos de 1964 e 1968, os cargos de diretor-presidente das Minerações Brasileiras Reunidas S.A. (Rio de Janeiro) e de vice-presidente da Itabira International Company (Nova Iorque). Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Eliezer\\_Batista](http://pt.wikipedia.org/wiki/Eliezer_Batista).

<sup>12</sup>É interessante observar que a CEMIG foi a primeira a receber um empréstimo de capital do BID, em 1961, do valor de 2 milhões de dólares, seguidos de vários outros, entre eles o do ano de 1975 (As hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas, op. cit. 1988, p. 68).

<sup>13</sup> O projeto originalmente foi previsto para operar na cota 84 de ocupação da água no reservatório, o que traria um menor impacto, já que o reservatório da represa inundaria uma área menor. E ainda, para operar com potência instalada de 330 MW, dos quais 172,5 MW

sobre a LO, vale ressaltar a fala de um empregado da CEMIG e da Vale acerca do empreendimento:

- *Para que não corra nenhum risco do empreendimento parar, sempre vai estar se renovando a Licença de Operação (LO).*

- *Por que o empreendimento não pode parar? (Pergunta o entrevistador).*

- *Não é que não pode parar, mas um investimento enorme, o empreendimento vai parar?*

- *Quais seriam as conseqüências? (Pergunta o entrevistador).*

- *Nós não pensamos nas conseqüências, porque não pensamos em parar. Mas a conseqüência seria um déficit de energia.* (Fala do Relações Públicas da CEMIG e da Vale, em demonstração sobre o funcionamento da usina - Videodocumentário 43 “Freedom, Power and The Enginers in The Middle” do PET de Engenharia Elétrica- UFES, 2009).

A Usina Hidrelétrica Eliezer Batista (UHE Aimorés) foi inaugurada em 5 de maio de 2006, com um investimento aproximado de R\$ 750 milhões - financiados pelo BNDES -, sendo R\$ 290 milhões em aquisição de terras, recomposição, compensação e gestão ambientais, entre outras despesas consideradas de cunho social e ambiental. Na “área de influência do reservatório”, foram desapropriadas, no total, 623 propriedades, sendo 553 urbanas e 70 rurais. Itueta foi de longe o município mais afetado, com a desapropriação de 318 propriedades, sendo 283 propriedades urbanas - inclusive prédios municipais - e 35 rurais. Também foram deslocadas compulsoriamente 80 famílias de meeiros e trabalhadores assalariados não proprietários, que tinham moradia e ocupação agrícola produtiva em várias das propriedades desapropriadas. Deste total, 30 famílias teriam sido reassentadas em área rural e as 50 que tinham optado por realocação urbana, teriam sido

---

assegurados, foi construída uma barragem com altura máxima de 16,20m e se fez necessária a criação de um reservatório artificial de 32,9 km<sup>2</sup>, aí considerados cerca de 16 km<sup>2</sup> da calha natural do rio.

<sup>14</sup>Fonte: <http://www.uheaimores.com.br>.



indenizadas (Relatório do Conselho 'Atingidos por Barragens', Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, 2010 p.63-64). O projeto implicou também em um desvio do rio Doce, gerando um trecho de 12 km de extensão de vazão reduzida, entre a barragem principal e o canal de fuga que, este trecho atravessa o centro da cidade de Aimorés, tendo o desaparecimento do curso de água transformado a morfologia e a paisagem urbanas.

### **A cidade de Itueta e sua população**

A história da formação da cidade localizada na Serra dos Aimorés começa no final do século XIX, quando sua ocupação restringia-se a poucas e dispersas fazendas de criação de gado, além de núcleos muito pequenos e isolados de garimpo de ouro e agricultura de subsistência. A Serra dos Aimorés que compunha a área denominada Zona Tampão (Marinato, 2007 apud Bernardo, 2010) funcionou como barreira intransponível aos contatos entre o litoral e a região das minas, sendo interesse da Coroa Portuguesa proibir a abertura de estradas e fundação de vilas para manter sob controle a fiscalização sobre os metais e o fluxo de exportações para o porto do Rio de Janeiro (Bernardo, 2010).

Com o declínio da mineração, o desenvolvimento da atividade agrícola para exportação e a pecuária (fizeram então com que) as elites mineiras tiveram que viabilizar a comercialização de seus produtos com a capital e os centros exportadores, o que foi concretizado com construção da estrada de ferro Vitória–Minas, no final da década de 1840. O avanço na expansão das fronteiras agrícolas atingiu essa região de colonização tardia, que contrariamente à visão ideológica de um vazio demográfico ou de um sertão sem gente, era caracterizada por densas florestas tropicais e ocupada por povos indígenas<sup>15</sup>, constituindo, até meados do século XIX, o último grande reduto de resistência indígena no sudeste do Brasil.

---

<sup>15</sup>Os povos indígenas do tronco lingüístico Macro-Jê que habitavam esta região no Vale do Rio Doce, foram denominados pelos povos Tupi de Aimorés e pelos colonizadores de Botocudos em função de seus botoques auriculares e labiais. Apesar de se tornarem alvo de ações

A construção da ferrovia no Vale do Rio Doce, além do escoamento da produção, estimulando o avanço da fronteira agrícola de exportação (entre elas a cafeicultura, largamente implantada no Espírito Santo e regiões adjacentes desde meados do século XIX), facilitou a penetração das frentes de povoamento, com elevado fluxo de imigrantes estrangeiros, italianos, pomeranos (dos quais 80% a 90% da população do norte do município de Itueta são descendentes), e alemães que se tornaram, em maioria, pequenos proprietários rurais. Por volta de 1925 foi implementada uma grande propriedade agrícola denominada *Fazenda Barra do Quatiz*, na margem direita do Rio Doce e, associada à estação ferroviária, foram instaladas várias serrarias para a fabricação de dormentes usados na estrutura ferroviária, estimulando o crescimento demográfico do povoado.



A Cidade de Itueta em 1925<sup>16</sup>.

Em meados do século XX as terras desta região de fronteira de colonização se encontravam muito mais nas mãos de madeireiras e de latifundiários pecuaristas do que de camponeses. Entretanto, devido a sua exploração

---

beligerantes definidas de “guerras justas” pelos colonizadores e de ter sido confinados e reduzidos em aldeamentos missionários, alguns grupos conseguiram resistir até seu extermínio no início do século XX (MISSAGIA DE MATTOS, 2003; PALAZZOLO, 1973, apud BERNARDO, 2010). Destes povos, além de indivíduos e unidades domésticas incorporadas na sociedade regional, os Krenak ou Borun conseguiram reocupar pequenas áreas do território do qual haviam sido expropriados, situado no município de Carmésia (onde vivem junto aos Pataxó) e de Resplendor, próximos de Itueta (MG).

<sup>16</sup> Fotos projeto acervo projeto “Estação Itueta”/ Leif Grünewald.

intensiva, a madeira tornou-se escassa na região e as serrarias começaram a fechar, provocando a evasão da população da sede municipal.

Tal situação era expressiva de uma política de unificação nacional. Correlativamente ao que aconteceu nos Estados Unidos, Argentina e na Austrália, a fronteira brasileira e a conquista do Oeste do país, principalmente do litoral para o sertão, passaram a ser vistas com base numa literatura nacionalista, como um processo fundamental para a formação da Nação Brasileira.

É importante destacar que nos anos de 1950, em um contexto de internacionalização da economia brasileira, a construção destas novas “fronteiras capitalistas”, estimuladas com a implantação da estrada de ferro Vitória-Minas, adquiriu outro tom de modernização, num momento em que se pressupunha a necessidade de aumentar a produção para impulsionar a indústria e as exportações e, ao mesmo tempo, incrementar a demanda de produtos industrializados, mas principalmente, aumentar a disponibilidade de mão de obra. Esta “modernização” das fronteiras agrícolas seria impulsionada, de fato, a partir da década seguinte, sob a égide dos militares. É nesse sentido que Martins analisa a fronteira:

O aparentemente novo da fronteira é, na verdade, expressão de uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e formas arcaicas de reprodução ampliada do capital, inclusive a escravidão, bases para a violência que a caracteriza. As formas arcaicas ganham vida e consistência por meio de cenários de modernização e, concretamente, pela forma dominante da acumulação capitalista racional e moderna (1997, p. 35).

Mais do que a mudança de uma mentalidade que enxergava apenas uma política progressista nas regiões litorâneas, ao voltar os olhos para o sertão brasileiro tentava se imprimir o mesmo ritmo de “progresso” existente no litoral. O novo estilo de vida que se oferece a estas populações - em cuja retórica a noção de *tradicional* é vista como sinônima da idéia de "atraso" e/ou pobreza - está ancorado em uma política, cujo modelo a ser construído deveria ser aquele das grandes potências econômicas mundiais (Sztompka, 2005). Esse

modelo clássico de modernização apostava principalmente na aceleração da industrialização, na urbanização e na superação de práticas e valores sociais locais ditos por “arcaicos”.



A Cidade de Itueta em 2005, antes de sua destruição (período da realocação)<sup>17</sup>.

Neste contexto, o anúncio da construção da UHE de Aimorés, trouxe grande euforia aos habitantes da cidade. Um investimento daquele porte era inimaginável para os moradores da região, sobretudo devido ao grande leque de possibilidades econômicas prometidas. Todavia, gerou também angústia a muitos outros habitantes, pois o anúncio da tão esperada prosperidade e o discurso triunfante da “utilidade pública” acarretavam também uma declaração de morte para a cidade de Itueta.

– **E cai o pano!**

## **Parte II – A interlocução com os atores sociais: segundo ato**

### **A negociação**

---

<sup>17</sup> Fotos projeto acervo projeto “Estação Itueta”.

Em julho de 2005, as águas subiram até a cota de 84 metros na antiga cidade de Itueta e em setembro do mesmo ano a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) autorizou que se pagassem *royalties* aos municípios atingidos, inaugurando a 1ª fase do projeto de assentamento. A proposta do Consórcio era a de que à medida que a nova cidade de Itueta fosse construída far-se-ia a mudança dos moradores e, só depois, seria destruída a cidade antiga. Na prática, as três etapas foram executadas ao mesmo tempo: construção, mudança e destruição. Visivelmente o tempo do qual necessitavam os moradores para deixar sua cidade e se adaptar a nova realidade entrou em colisão com o tempo apressado do Consórcio para realizar o empreendimento; tempo das diretrizes da eficiência e do menor custo impostos pelas relações de mercado.

Os itens firmados no Termo de Compromisso, assinado pelas partes envolvidas após longos anos de “negociação”, estavam quase todos atrasados ou não tinham alguma previsão de seu cumprimento. Quando o Consórcio<sup>18</sup> decidiu de modo autoritário, por intermédio de autorização do IBAMA, dar início à formação da represa, os moradores tiveram somente duas opções: ou conviver com as ruínas de sua cidade ou morar em um grande canteiro de obras. Dos 32,9 km<sup>2</sup> inundados pelo reservatório da barragem, 14,6 km<sup>2</sup> pertenciam ao município de Itueta, incluindo a antiga sede do município. A partir de agosto de 2004, cerca de 1.200 moradores foram impelidos a se transferir de sua cidade para o espaço urbano planejado da Nova Itueta que foi erguida a 8 km da Antiga Sede.

A demolição da cidade de Itueta foi recomendada, segundo o Consórcio, para facilitar a navegação e evitar a proliferação de microorganismos no novo lago, sancionando, desta forma, a prevaricação das recomendações técnicas sobre qualquer consideração de aspectos sociais do empreendimento. Aos moradores foi permitido recolher materiais reaproveitáveis de suas casas, como telhas, tijolos, esquadrias e louças, com a ajuda de um caminhão cedido pelo próprio Consórcio para transportar o material, com o claro objetivo de

---

<sup>18</sup>Gustavo Lins Ribeiro (2008) chama a atenção para o Consórcio como uma entidade resultante de redes institucionais no campo do desenvolvimento, criadas por meio de complexos processos históricos e políticos.

facilitar e viabilizar a remoção, sendo esta prática discursiva estratégia constante neste tipo de empreendimento.



Propaganda da Prefeitura de Itueta, 2007<sup>19</sup>.

A área da nova sede, que antes da realocação da cidade era constituída por pasto e plantações de café, foi “escolhida” em reuniões entre moradores e representantes do Consórcio, durante o processo de elaboração da Licença de Prévia (LP). Toda a infra-estrutura urbana da nova sede (água, luz, esgoto, telefone, asfalto) foi construída por trabalhadores de Itueta, de cidades vizinhas e de outras regiões do país, contratados por empresas terceirizadas, sob gerenciamento do Consórcio. Dos 351 imóveis residenciais construídos na nova cidade, 136 eram casas chamadas “sociais”, destinadas a famílias de baixa renda, e muitas delas passaram a ser habitadas, após a realocação, por pessoas que migraram de outras cidades da região. Cerca de 200 famílias optaram pela permuta (troca de sua casa por outra) e 15 preferiram a indenização<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup>Fotos projeto acervo projeto “Estação Itueta”.

<sup>20</sup>Alegando em grande parte que iriam embora da região.

Os depoimentos coletados (durante as entrevistas realizadas com os moradores de Itueta) indicam que os moradores de Itueta (as populações atingidas) foram submetidos, também, e talvez mais que tudo, ao que percebem como processo de negação de sua condição de cidadão, de dignidade. Não há depoimento ou conversa em que não se manifeste o sentimento de ter sido desrespeitado, enganado. O desconhecimento e omissão de informações são tidos como constantes ao longo da operação do reservatório. Intervenções na área, como caminhos e pontes fechados, não foram previamente informadas, da mesma forma que o aumento ou redução da vazão (Relatório do Conselho 'Atingidos por Barragens', Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, 2010, p.64-65).

A desinformação sistemática e a criação de condições de risco, o ressentimento dos moradores voltou-se contra as estratégias do Consórcio de dividir a comunidade e cooptar lideranças, num esforço para desmoralizar e fragilizar as organizações e associações da sociedade local. Ameaças de levar à justiça os produtores rurais que se negassem ao acordo não judicial teriam funcionado quase sempre como poderosos argumentos. Em situações de maior resistência dos proprietários, a empresa obtinha a emissão da posse judicial, *“os tratores começaram a chegar, as pessoas ficaram com medo e negociaram em qualquer situação”*. (Relatório do Conselho 'Atingidos por Barragens', Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, 2010 p.70).

Se multiplicassem as denúncias de constrangimento e ameaça, os pescadores tradicionais da região atingida teriam sido constrangidos a aceitar qualquer acordo, por exemplo. Os constrangimentos e, mesmo, a brutalidade foram comuns no processo de deslocamento da população da sede municipal de Itueta. A pressão sistemática e organizada da empresa teria sido reforçada com a recusa de receber as associações, organizações<sup>21</sup>, impondo uma negociação individual:

-O Consórcio chamava as pessoas individualmente e pressionava as pessoas (...). As casas estavam sendo destruídas. As pessoas simples pressionavam. Máquinas

---

<sup>21</sup>Uma das principais organizações que surgiram relacionados aos impactos socioambientais de hidroelétricas é o MAB (Movimento Atingido Por Barragens). Fonte: <http://www.mabnacional.org.br>

enormes... dinamite explodindo... pressões... as pessoas acabaram aceitando (entrevista realizada com morador local, 2010, p.70-71).



- A destruição da antiga igreja da cidade de Itueta antes da realocação, 2004<sup>22</sup>.

No depoimento abaixo, fica ainda mais explícita a violência da pressão exercida pelo Consórcio sobre os moradores:

-Estão me pressionando de todo o jeito (...) estão querendo que eu mude para passar a linha. (...) A casa lá ficou 6, 7 meses parada e agora eles querem fazer ela de qualquer jeito e empurrar a gente para lá. (...) A pressão também são aquelas bombas que estão soltando quase encima da gente. [Ainda com pessoas morando na cidade de Itueta, foram realizadas explosões para abrir caminho para a construção da nova linha de trem, alguns metros acima da antiga sede] (Depoimento de Izadora, moradora e participante da comunidade católica de Itueta, 2009).

Além das várias formas de pressão, a omissão de informações e a produção de outras contraditórias e falsas, assim como as promessas enganosas de benefícios, com campanhas publicitárias, apontam para uma clara decisão do Consórcio de se utilizar de estratégias voltadas a induzir a população a aceitar

---

<sup>22</sup> Fotos projeto acervo projeto "Estação Itueta".



e apoiar sem resistência o projeto. A decisão do IBAMA de dispensar um novo EIA/RIMA a partir do momento em que o projeto foi alterado, para que o UHE Aimorés passasse a operar na cota 90, e não mais na cota 84, foi um agravante que afetou a população acerca das informações que teria que receber sobre o projeto e seus impactos. O RIMA indicava claramente que a operação acima da cota 88 traria um incremento expressivo dos impactos, razão pela qual havia sido descartada<sup>23</sup>.

O relatório N° 40995-BR do Banco Mundial, “Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidroelétricos no Brasil: Uma Contribuição para o debate”, de 2008, é enfático quando diz que há um hiato significativo entre a fase de planejamento (estudos) e a fase de implantação do empreendimento, principalmente em relação às questões sociais. No caso da UHE de Aimores, esses conflitos foram dirimidos por meio de negociação direta do Consórcio com as associações envolvidas, com o acompanhamento do IBAMA. Segundo o Consórcio, o processo instalado e o atendimento às demandas da população local impactaram significativamente os custos do empreendimento. Mesmo assim, restaram ainda ações judiciais e demandas não atendidas da sociedade.

O Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), corrobora essa situação quando afirma que:

As barragens agravam a difícil situação da população ribeirinha, principalmente através da exclusão social e do empobrecimento dos municípios, pela desestruturação das regiões. Relatórios da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Presidência da República, apontam os graves problemas sociais causados pelas barragens de Acauã (PB), Tucuruí (PA), Aimorés (MG) e Foz do Chapecó (SC/RS). Os problemas são generalizados, o governo também é responsável pela situação e deve posicionar-se quanto a isso (MAB, 2008 *apud* Relatório do Projeto Estação Itueta, 2009, p. 09).

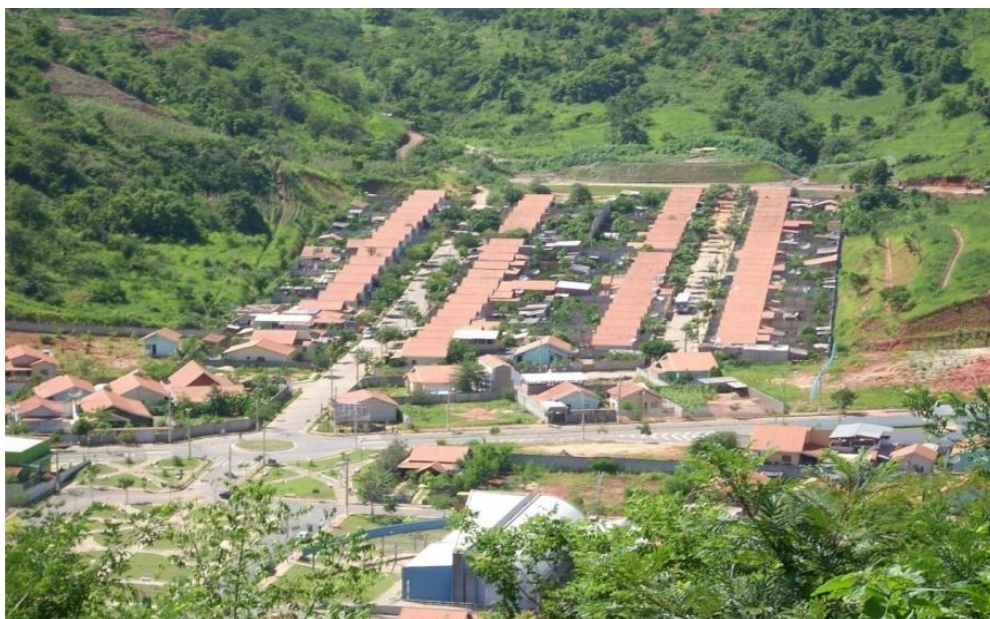
## **O discurso desenvolvimentista, as representações do território e a memória local**

---

<sup>23</sup>Não obstante isso, o IBAMA autorizou a operação sem que um novo EIA/RIMA fosse realizado, tendo aceitado um estudo complementar, numa clara convivência do órgão ambiental governamental com os abusos cometidos.

O discurso desenvolvimentista que alimentou novas representações acerca do território de Itueta, durante a destruição da antiga sede e a construção de nova cidade, teve seu horizonte marcado pela desconfiança, pois as promessas e sonhos de uma nova e próspera realidade, veiculadas pelos grupos de poder político e econômico responsáveis pela realocação, não se concretizaram. Na medida em que se evaporavam as oportunidades oferecidas pelo Consórcio à população de Itueta, foi se enfraquecendo o apoio dos moradores à realização do grande projeto, e ganhando visibilidade os questionamentos e problemas trazidos pelo empreendimento desenvolvimentista na vida local.

A imposição de uma lógica territorial hegemônica, de um espaço tornado unifuncional que se coloca fora do tempo vivido que é múltiplo e complexo (Lefebvre, 1986, p. 44 apud Haesbaert, 2005, p.35), foi marcada por uma série de abusos e polêmicas. No caso da reorganização do espaço urbano, principalmente em termos de política habitacional adotada na edificação da nova cidade, não houve nenhuma preocupação do Consórcio com o modo local de ocupação da cidade e de distribuição de moradias para a recomposição dos laços sociais e os demais vínculos da população com o espaço, fazendo aflorar sentimentos de desorientação e ansiedade na busca de uma identificação coletiva e individual com o lugar.



(Itueta após a realocação:) A Nova Itueta, 2005<sup>24</sup>.

A construção da Nova Itueta parece resultar de uma combinação entre o “fazer de conta” que são atendidas as demandas dos moradores da antiga sede – na sua busca por reencontrar no novo local algumas novas referências identitárias – e a execução de um planejamento padrão de um espaço urbano genérico e preestabelecido<sup>25</sup>. Durante as entrevistas realizadas, muitos moradores afirmavam não conhecer ainda a nova cidade e nunca haver percorrido toda sua extensão plana, atravessada por avenidas e estradas com obras sempre em andamento.

A falta de familiaridade com o espaço habitado não parece perto de ser sanada, tendo em vista também a chegada de migrantes provenientes de outras localidades da região, incentivada pelo plano de colonização do Consórcio de povoamento da nova cidade e abastecimento de mão-de-obra.

- Tem muita obra ainda sendo feita [3 anos depois da cidade ter sido completamente realocada] , muita casa que ainda nem foi terminada, as pessoas não tem muito tempo para se dedicar ao contato com as outras pessoas (Arnaldo, 19 anos, estudante e professor de inglês. Lopes, 2009 p.44).

-Tudo isso [a reconstrução da vida e das casas] toma muito tempo nosso e não temos mais tempo para nos encontrarmos. Os eventos aconteciam lá, já se tornaram difíceis de realizar aqui (Pedro, importante liderança, membro da comunidade católica e da associação dos moradores de Itueta. Lopes, 2009 p. 44).

---

<sup>24</sup>Fotos projeto acervo projeto “Estação Itueta”.

<sup>25</sup>A edificação da antiga Igreja Católica cuja cópia foi rejeitada pela comunidade católica de moradores que fizeram de sua reprodução fiel uma de suas principais reivindicações para o Consórcio, é um bom exemplo disso. E ainda, os cursos d’água que atravessavam a cidade transfigurados num pequeno canal quase sempre seco, e as fileiras de casas pré-moldadas todas iguais e pequenas demais para comportar as condições necessárias para manutenção do modo de vida local, são alguns dos exemplos mais emblemático da edificação da Nova Itueta, cidade simulacro da antiga sede, espaço de estranhamento dos moradores desde sua realocação forçada.



Avenida principal da cidade durante obras realizadas pelo Consórcio da Usina Aimorés, 2008<sup>26</sup>

O alienante estranhamento com o novo lugar e as pessoas, é confrontado com a experiência social da antiga pequena cidade interiorana onde todos os moradores se conheciam e cumprimentavam ao passear por aquelas ruas estreitas. As relações de sociabilidade se alimentavam no cotidiano da familiaridade com os pontos de referência, nos encontros na farmácia, no supermercado, na praça, na igreja católica, e nos tempos das comemorações e das enchentes, quando as redes de apoio mútuo consolidavam os vínculos entre os moradores.

A vivência na Nova Itueta, espaço de inédito pertencimento, exigia de cada morador, ancorado na memória de seus lugares sociais, um intenso trabalho de busca para a significação e apropriação de novas zonas simbólicas de sociabilidade, as quais envolviam a associação de outros novos atores sociais. Entretanto, se alguns moradores manifestavam o anseio de reproduzir na materialidade os lugares da memória (Nora, 1993), buscando, desta forma, dar continuidade aos antigos referenciais, outros moradores lamentavam a falta de sentido e de vínculos com o contexto social anterior. Nos lugares materiais, simbólicos, funcionais da memória (Le goff, 1997) que se expressam as identidades e se revelam suas transformações.

---

<sup>26</sup>Fotos projeto acervo projeto “Estação Itueta”.

A configuração da antiga Itueta - para a qual confluíram processos históricos e econômicos de expansão das fronteiras agrícolas e desenvolvimento regional - sucumbia à nova Itueta, edificada no contexto do plano nacional de desenvolvimento econômico industrial, em gestação desde os anos do regime militar. O rito de passagem exigia a transformação da paisagem interiorana do sudeste mineiro, conforme os cânones da territorialização desenvolvimentista com seus espaços dominados pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformados em mercadoria (Haesbaert, 2005).

Em conversa com o ex-vice-prefeito, quando ainda a cidade se encontrava em processo de realocação, ele nos relatou sobre o aumento das despesas do município da nova sede junto com o número de ruas a serem limpas, a manutenção dos dois cemitérios<sup>27</sup>, da praça e do clube da cidade, a nova rodoviária. Além do repasse dos *royalties* da hidroelétrica, a nova cidade precisava de recursos do governo estadual, pois, de outra forma, dificilmente conseguiria se desenvolver.

A necessidade de um espaço urbano com predicados relacionados a uma cidade tecno-industrial, com gastos públicos maiores e novos serviços, faz com que sejam criadas novas necessidades, sem a devida estruturação dos meios financeiros e burocráticos da máquina estatal local, levando a um processo de subutilização ou mesmo abandono destes serviços, como (mas) também de privatização. Enquanto no auditório da prefeitura eram realizadas a organização e divulgação da exibição do vídeo-documentário produzido pela nossa equipe sobre a experiência de remoção e realocação da população de Itueta, o Museu da cidade tinha sido destinado ao alojamento de funcionários de uma obra da UHE Aimorés.

Uma das primeiras filmagens realizadas pela nossa equipe exibia a presidente da Associação de Moradores de Itueta (AMI) relatando sobre os problemas gerados ao longo do processo de mudança e realocação da população: atritos entre os moradores, conflitos sobre os valores da indenização e os critérios usados para sua avaliação, precariedade, defeitos estruturais e o tamanho

---

<sup>27</sup>Um cemitério já existente em terreno próximo a cidade inundada e outro construído pelo Consórcio próximo a nova cidade de Itueta.

reduzido dos quintais das novas residências que inviabilizava a atividade de criação de galinhas e suínos para produção e uso doméstico dos moradores da antiga Itueta.

- Eu estou satisfeita e alegre em morar aqui (...) casa nova. Pequena na verdade, mais isso eu falo, é minha. (Feliciano não tinha imóvel próprio na cidade de Itueta antes da realocação. Lopes 2009, p. 40)

Concomitante à disseminação de discursos sobre os novos tempos e a ruptura com o passado, feita pelos representantes do Consórcio, era também utilizado como recurso o argumento a respeito da fraqueza e pobreza de setores da população “carente” de Itueta, que angariariam vantagens com a realocação e melhorias para sua qualidade de vida. O que os moradores demandavam era o reconhecimento de seu modo de vida profundamente vinculado ao ambiente no qual estavam inseridos. Lutavam para o reconhecimento do seu modo de produção dos bens materiais e simbólicos, assim como também para a relevância de suas histórias de vida (Guicheney, 2008).

- Ainda pesco lá. Se ainda tivesse lá Uba [planta utilizada para fazer balaio, um tipo de cesto]. Ubá é só na beira do rio, agora que colocou água lá, acabou. Se tivesse, ainda voltaria lá para buscar (Beto, antigo morador de Itueta, pescador e artesão. Lopes, 2009, p. 37).

- Eu sinto saudade mesmo das minhas plantas (...). Eu tinha muito abacate, eu fazia sabão de abacate, tinha muita fartura. Agora se eu quiser fartura, tem que ir na feira. (Joana, antiga moradora de Itueta, esposa do Beto. Lopes, 2009 p. 37).

Evidente é a importância do espaço na definição de papéis sociais e atividades produtivas, enquanto socialmente construído e investido de significados e usos coletivos e diversificados pelos indivíduos que o habitam. “O tipo de formação social é que vai determinar a forma de contato do homem com o meio” (Silva, 2006, p.38). Assim, relações sociais de produção, com a propriedade/não-propriedade dos meios de produção, nos remetem à compreensão das trajetórias e movimentos dos indivíduos no **espaço, ou seja, “sua retenção/expulsão** repetida, ao longo dos lugares, comandados pelo avanço do capital” (Becker, 1986 *apud* Silva, 2006, p.39).

Nesse sentido, o que ocorre no contexto de Itueta é a destruição ou transformação de espaços de apropriação política, econômica e simbólica, vinculados de alguma forma à “precarização territorial daqueles que perdem substancialmente os seus controles e/ou identidades territoriais” (Silva, 2006 p.39). Ocupar/criar território revela “a complexidade do processo de organização, pois cada sociedade forja padrões de ocupação e uso dos espaços” (Gonçalves, 1995, p.30 apud Silva, 2006, p.39).

A perspectiva de uma riqueza relacionada aos atributos ambientais, e que são necessários à manutenção da dinâmica de vida local (Zhouri, 2007) - que em Itueta se relaciona à criação de galináceos, suínos, hortas e plantio de árvores frutíferas nas próprias casas, aos produtos leiteiros e agrícolas de pequenas fazendas e sítios familiares, à pesca e às outras atividades extrativistas nas margens do rio - não fazem sentido para os promotores do progresso técnico-industrial, criando um hiato com os aparelhos urbanos criados pelo Consórcio para a população da nova cidade. As queixas constantes dos moradores da antiga sede sobre o tamanho das casas e dos quintais implicam também na falta de alternativas de locais para continuar a desenvolver suas atividades de trabalho.

- Eu estou satisfeita com a casa, o vou fazer o quê? Essa casa é muito apertada, mas o que eu vou fazer? (Aline, cabeleireira que tinha seu salão em uma área específica de sua casa e que, após a realocação, teve que atender seus clientes na sala de sua nova casa. Lopes, 2009, p. 40)

Para muitos moradores as lembranças da antiga cidade não tiveram tempo suficiente para se tornarem apenas lembranças. Nas conversas e nas entrevistas realizadas, identificamos a dupla e contraditória exigência de elaborar uma memória do passado ainda percebido como presente e de construir uma nova existência num lugar que ainda para muitos constitui um “não-lugar”, no sentido de espaço de pertencimento.

Nesse caso de desestruturação e transformação do espaço de referência, o exercício da memória por parte dos habitantes de Itueta representa um ato de resistência à condição de perda/ausência de referências e desamparo que o processo de realocação provoca. No dia-a-dia dos moradores, as lembranças

consolam, ajudam a reviver os vínculos que existiam entre os grupos e os espaços na cidade antiga. Lugares da cidade que guardam as recordações e seus valores e significados das experiências vivenciadas no âmbito individual e partilhadas socialmente. Nas relações com o espaço, a memória organiza o cotidiano e arranja o tempo, tornando-o contínuo. Submersa pelas águas da represa, a antiga cidade é reerguida pela força das lembranças, orientando a nova vivência cotidiana e a própria vida da nova cidade, uma vez que “nosso passado inteiro vela atrás de nosso presente” (Bachelard, 1988, p.15).

Nesta direção, podem-se capturar os sentidos da memória perpetuada por um antigo morador através do registro de filmagens impressionantes do processo de desocupação de Itueta, incluindo a demolição de sua própria casa.

- Minha preocupação de filmar, gravar e registrar essas imagens é para que nunca a gente tivesse perdido totalmente o que era a velha cidade de Itueta. (...) Por que na verdade eu preciso ver essas imagens (Pedro, antigo morador de Itueta. Lopes, 2009, p.46).

No contexto das representações identitárias, a construção dos sentidos vinculados ao eu “ituetaense” dos habitantes da nova cidade se processa numa condição de fronteira onde se agenciam alteridades deslocadas: os moradores da antiga cidade que se afirmam como o “ituetaenses de coração” no anseio de perpetuar uma identidade deslocada e os recém chegados migrantes, destinados a povoar, longe de seus lugares de origem, o novo espaço urbano. Ambos atraídos por promessas falaciosas de benesses e oportunidades, ambos desorientados em busca de novos sentidos em suas trajetórias de existência.

As formas de recomposição da vida coletiva dos antigos moradores se voltam para a reconstrução de laços físicos e familiares mais do que para a convivência social efetiva. Dedicam-se a decorar as residências, a circular ao redor das casas, ensaiando laços de vizinhança e agenciando a construção de sentidos sempre inacabados de pertencimento e reconhecimento da identidade



de morador da nova cidade. No decorrer do trabalho de campo, observamos que, diferentemente do que ocorria na antiga sede, as pessoas preferiam ficar em casa ao invés de sair e passear pelas ruas da cidade, ainda em boa parte desconhecida, percorrendo apenas os locais utilizados para o deslocamento para o trabalho, a escola, e as casas de parentes e amigos mais próximos.



A água do canal que corta a nova cidade de Itueta, 2008<sup>28</sup>.

A Nova Itueta torna-se, portanto, uma cidade simulacro de lugares submersos, reiteradamente evocados nos fragmentos de uma memória que emerge em um contexto perpassado pela fragilidade dos vínculos sociais e a precariedades dos espaços de sociabilidade.

A construção da barragem da hidroelétrica de Aimorés em 2005 não só transformou a paisagem local do rio e cursos de água que banhavam a cidade e alimentavam sua reprodução física, foram transformadas também as histórias de vida, os processos culturais de produção e reprodução da vida social. Apesar das mudanças nas relações da população com o Rio Doce, as referências que os moradores continuaram carregando em suas expressões e palavras dizem respeito aos diferentes sentidos sociais dados àquelas águas ribeirinhas; desde suas lembranças das águas boas às evocações das ameaças na época das enchentes.

---

<sup>28</sup>Fotos projeto acervo projeto “Estação Itueta”.

- Ponto positivo era a ajuda de toda a cidade na época da cheia. (Luiz, participante da comunidade católica e filho de ex-prefeito de Itueta. Lopes, 2009, p.50).

-[Falando da enchente] Uma velinha tadinha, ficou 5 meses na minha casa, depois não queria sair (...) Depois a gente se separou e eu senti falta, mas aí ia lá visitar ela. (Manuela, dona de uma pousada em Itueta. Lopes, 2009, p.50).

Clifford Geertz (1989) quando afirma que os homens constroem representações cognitivas, como mapas que orientam suas ações, nos faz refletir sobre os modos a partir dos quais a população local passa a se reconhecer na experiência de desterritorialização, colocando em evidência a evocação de sua relação com os tempos das águas do rio. Assim, era na época das cheias que se fortificava a solidariedade entre as pessoas afetadas pelas enchentes, promovendo a regeneração e renovação das relações sociais.

- As enchentes reafirmavam os laços sociais (...). Quando o rio estava bem seco formavam aquelas bancas de areia, era um ponto de diversão. (Pedro, membro da comunidade católica e da Associação de Moradores de Itueta. Lopes, 2009, p.51).



Local onde se localizava a cidade de Itueta antes realocação, agora completamente submerso, 2008<sup>2</sup>.

Os tempos sociais dos regimes das baixas e cheias do rio, os recursos proporcionados nas margens e sedimentos, os peixes, o transporte fluvial de pessoas e objetos eram todos constantemente reiterados nos relatos dos

moradores convergindo para o centro de suas memórias. As margens do rio, onde se localizava a antiga cidade, tendo sido transformadas num pedaço “estéril” de terra com poucas árvores, tornaram-se um ponto de referência para reviver lembranças de acontecimentos e trocas de experiências vividas na antiga cidade, como festividades e brincadeiras, por exemplo. Para este novo lugar da memória se dirigem jovens e mais velhos moradores da antiga Itueta no anseio de rememorar e recriar os bons momentos da vida em comum. Neste sentido, concordamos com Diegues quando este diz:

Dos símbolos antigos da água, como fonte de fecundação da terra e de seus habitantes (...) pode-se passar aos símbolos analíticos da água como fonte de fecundação da alma: a ribeira, o rio, o mar representam o curso da existência humana e as flutuações dos desejos e dos sentimentos (Diegues, 1998, p. 10).

O processo de desterritorialização da cidade de Itueta e do seu entorno, foi e continua sendo atravessado por atos de resistências, negociações, traumas e polêmicas que envolvem todos os aspectos da vida social do lugar, de maneira que seria redutivo para sua compreensão limitar a análise apenas aos momentos da destruição e realocação da população. Queremos ressaltar com isso que as repercussões da implantação de um projeto de grande porte como a UHE de Aimorés são retroativos e ativos e se estendem às novas configurações sócio-espaciais, arranjos sociais, vivências e expectativas dos habitantes da nova cidade. Emergem, em cadeia, outros cenários, os dos novos tempos das negociações entre as promessas ainda não cumpridas do Consórcio e as reivindicações dos moradores de Itueta, mais uma entre as várias sociedades locais já impactadas por uma lógica do progresso que somente consegue se perpetuar pelo terror.

*- O que move uma sociedade são os símbolos de uma sociedade. (...) Se você em uma comunidade vê uma igreja sendo desmontada (...) quando de repente ela desaba, inexistente, você enfraquece, essa foi a tática do consórcio, você sai que nos estamos tirando. (...) Eles começaram a explodir bombas, o que também foi um crime. (...) Eles não tinham autorização, explosão daquela forma é ilegal. (...) É constrangimento ilegal (...). Eles chegaram e diziam, as bombas estão prontas e vocês tem que sair das casas. (Morador Rodrigo, ex-vereador da cidade de Itueta. Lopes, 2009, p.49).*

– **E cai o pano pela segunda vez!**

### Parte III – Os atingidos pelo futuro: último ato (cena final)

#### A lógica do progresso

A ficção jurídica de definir as corporações e consórcios como indivíduos perante a Lei, introduz seus prejuízos quando afirma que o valor supremo do individualismo está acima de todos os demais (Harvey, 2005). Isto se configura como um tipo de desenvolvimento de caráter ideológico, político e econômico que cada vez mais se concretiza nesse *campo dos Grandes Projetos* (Lins Ribeiro, 2008) e que vem ignorando, sobremaneira, as conseqüências socioculturais e ambientais que lhes são decorrentes. Fatos como esses nos fazem voltar a questionar: *desenvolvimento para quem? Que tipo de desenvolvimento?*

Quando se pensa em energia elétrica todas essas implicações tornam-se ainda mais complexas e delicadas, sobretudo quando se identifica que, na história brasileira, a opção por uma matriz energética hidroelétrica acabou ganhando o *status* de um projeto de Nação. Em nome deste ideário inúmeros grupos sociais vêm sendo impactados. Nesse sentido, não seria equivocado lembrar aqui da ampla discussão e conflitos que estão emergindo por conta de mais um empreendimento, o de Belo Monte-PA, não apenas pelos impactos causados ao conjunto faunístico e florístico amazônicos, mas concomitantemente às populações indígenas e ribeirinhas que habitam as áreas a serem inundadas.

A *idéia de progresso* vista sob o prisma de uma transformação direcional encaminhada para o futuro – ou seja, um processo inevitável, necessário e que geraria avanços e aperfeiçoamentos (Sztompka, 2005) – não apenas tem balizado o imaginário (em termos simbólicos) desses tipos de projeto, como também tem produzido suas fontes de legitimidade e justificação. Esse *ethos* constituído torna-se então uma forma de violência simbólica (Bourdieu, 1998) permitindo que as próprias populações impactadas sejam muitas vezes propaladoras desse ideal desenvolvimentista. Em Itueta, viu-se o quanto o Consórcio - na etapa inicial de apresentação do empreendimento - recebeu o

apoio de ampla parcela da população local<sup>29</sup>. Não obstante, nesse caso específico, o próprio processo de negociação foi suficientemente revelador de suas fissuras. Isso fica visível não apenas no esforço empreendido pela população na reconstrução física da cidade, mas, sobretudo, nos agenciamentos e negociações necessários a formação de novos laços de sociabilidade e novas fontes de coesão social.

Em síntese, em nome do desenvolvimento nacional e da utilidade pública um mito tem sido vigorosamente alimentado e legitimado em nossa sociedade: o mito (de um tipo hegemônico) de desenvolvimento (Furtado, 1974). Impressiona o fato de que projetos alternativos de produção energética – problematizados por segmentos organizados e institucionalizados da sociedade brasileira – sejam sequer considerados relevantes pelas autoridades governamentais e sequer postos em discussão pública.

Diante dessa conjuntura, a falaciosa noção de destino ou de sina acaba fantasmagoricamente roubando a cena outra vez:

- Mas o que vamos fazer? Este modelo econômico passa por cima de tudo, não tem como parar essa gente, tem que aceitar. Mas se é para o bem da produção de energia que vai ajudar outras pessoas, alguma coisa para melhorar o Brasil, que seja, só que nosso sofrimento não está sendo fácil aqui (depoimento de Izadora, moradora e membro da comunidade católica de Itueta, Lopes, 2009, p.49).

E a pergunta se mantém: O que restaria a estas pessoas? A condição de *atingidos pelo futuro*? As ações e mobilizações sociais nos dirão, quiçá, quais poderão ser os seus surpreendentes caminhos...

– **E cai o pano...**

---

<sup>29</sup> A linguagem cifrada dos empreendedores, o discurso técnico do cálculo e das estatísticas, tudo isto apoiado pelo jogo retórico da idéia de progresso, acabam de certo modo colaborando para a pactuação ou mesmo para o enfraquecimento da mobilização da população atingida pelo projeto. Não é pouco comum identificar um ruído comunicativo entre os códigos utilizados pelos técnicos-peritos e os códigos sociais dos grupos afetados. Como exemplo, podemos destacar o significado atribuído às casas e aos terrenos da antiga cidade de Itueta: para os primeiros (os engenheiros-peritos) seriam fontes de valor monetário, para os segundos (os habitantes da cidade), além de tal aspecto econômico, haveria formas de valoração intangíveis, sobretudo afetivas.

**Referências:**

AÇÃO PÚBLICA Nº 2001.38.00.043567-4

Contra o Instituto Brasileiro do Meio, Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Sob responsabilidade da 15ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais.

BACHELARD, Gaston. 1884-1942. A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo, Ed. Martin Fontes, 1989.

BACHELARD, Gaston. A dialética da duração. São Paulo: Editora Ática, 1988.

Bermann, Célio. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. Estudos Avançados, vol.21, no.59 (org.), p.139-153. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a10v2159.pdf>

BERNARDO, Jaime Neto. A disseminação de pequenas propriedades rurais e a seletividade étnico-racial no acesso a terras no espírito santo (1850-1940).In: Geografares, Revista do Programa de Pós- Graduação em Geografia, UFES. Vol. 8 (org.) Vitória, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1292>.

BECK, Ulrich. La sociedad del riesgo global. Siglo XXI de España Editores. 2002.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DIEGUES, Antonio Carlos. Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário. São Paulo: Editoria Hucitec Ltda, 1988

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. São Paulo: Brasil, 2006.

Dupas, Gilberto. Tensões Contemporâneas Entre Público e Privado. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 33-42.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro:

Geertz, Clifford.

A interpretação das culturas. São Paulo: Guanabara Koogan, 1973.

GIDDENS, Anthony. As Conseqüências da Modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

GREGORY, C. A. Savage money: the anthropology and politics of commodity exchange. Harwood Academic Publishers, 1997.

Gomes e Vieira. O campo da energia elétrica no Brasil de 1880 a 2002. Rev. Adm. pública vol.43 no.2 Rio de Janeiro Mar./Apr.

Guicheney, Hellen. Deliberação e problematização socioambiental em torno da PCH-Aiuruoca: A constituição política da categoria de atingidos. Dissertação. (Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais), UFMG, Belo Horizonte, 2008.

HARVEY, David. Breve historia del neoliberalismo. Madrid: Akal, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: USP, 2005.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: Enciclopédia EINAUDI, Memória-História, Vol. 1. Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.

LOPES, Sergio Leite. Sobre Processos de Ambientalização dos Conflitos e Sobre Dilemas da participação." Horizontes Antropológicos, ano 12, n25 (org). Porto Alegre, 2006. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a03v1225.pdf>

LOPES, Jayme K.R. Licenciamentos socioambientais de hidroelétricas: reflexões sobre o ideário progressista no projeto da UHE Aimorés e na

realocação da cidade de Itueta-MG. Monografia. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

NORA, Pierre. 1993. Entre a Memória e História: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo, 1993.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação. Rio de Janeiro: Editora Campus, [1944].

RANCIÈRE, J. O. Desentendimento: política e filosofia. São Paulo: Ed.34, 1996.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. Novos estud. - CEBRAP [online]. n.80, pp. 109-125 (org).

Relatório N° 40995-BR do Banco Mundial. Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidroelétricos no Brasil: Uma Contribuição para o debate.

Relatório Final do Projeto de extensão “Estação Itueta”. UFES, 2009.

SAES, Alexandre Macchione. Luz, leis e livre-concorrência: conflitos em torno das concessões de energia elétrica na cidade de São Paulo no início do século XX. Scielo, História vol.28 no.2. Franca, Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/his/v28n2/08.pdf>

SILVA, Halline Mariana Santos e SILVA, Suely dos Santos. Fronteira: Uma Categoria Histórica. Revista eletrônica de Pedagogia – UFG (org.) Goiânia. Disponível em: <http://revistas.jatai.ufg.br/index.php/itinerarius/article/view/513>.

SILVA, Edima Aranha. Transformações socio-espaciais e a problemática ambiental no Brasil: O caso das hidroelétricas. Caminhos da Geografia, revista online (org).

SZTOMPKA, Piotr. A sociologia da mudança social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.



**SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.11, v.1, Junho. 2012.**

VAINER, Carlos B. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. Estud. av., Abr, vol.21, no.59, p.119-137 (org), Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a09v2159.pdf>

VELLOSO, Verônica Pimenta. A eletricidade no Brasil sob a perspectiva da história social. Scielo Hist. cienc. Saúde – Manguinhos vol.9 no.3 (org). Rio de Janeiro, Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702002000300012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702002000300012)

ZHOURI, Andréa e OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. Ambiente & Sociedade (org), vol.10, no.2, p.119-135, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n2/a08v10n2.pdf>